

## **O ENSINO PÚBLICO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: AS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO NA REPUBLICA VELHA**

**Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho (Unicamp/Unimpam)**

Ao apresentar as primeiras iniciativas das Câmaras Municipais dos municípios de Uberabinha (hoje Uberlândia) e Patos de Minas, estado de Minas Gerais, Brasil; duas cidades que nasceram com a República e os seus poderes legislativos tomaram várias iniciativas no campo educacional. Deste modo, a pesquisa procura sublinhar como as políticas municipais foram concomitantes com aquelas tomadas pelo governo republicano e, de certa forma, também antecederam a própria legislação mineira. Assim, discute-se inicialmente o sentido da educação na Primeira República para, posteriormente, caracterizá-la no contexto da província de Minas Gerais. Finalmente, são apresentados os atos iniciais do poder legislativo uberabinhese e patense relativos à educação, salientando como eles trazem um certo “pioneirismo” neste campo. No entanto, a nossa preocupação primeira foi analisar e interpretar o percurso da História da Educação em Uberabinha, e Patos de Minas, no final do século XIX e até 1930, utilizando-se do estudo da documentação oficial, principalmente das atas da Câmara Municipal e de atos do executivo, complementados por reportagens da imprensa e da bibliografia especializada, compondo um quadro que esteja inter-relacionado com o processo educacional de Minas Gerais e do Brasil.

O regime republicano ao ser implantado no Brasil, trouxe consigo, sob a égide do positivismo e do liberalismo, oriundos da Europa e Estados Unidos, idéias que exaltavam o nacionalismo e a formação de um novo homem que conseguisse conjugar as necessidades de seu tempo. Para tanto, fez-se necessário uma reestruturação em diversos setores da sociedade, inculcando, assim, os grupos sociais, os princípios éticos e morais do Estado Republicano.

Politicamente, o Brasil apresentava-se sob o domínio do coronelismo, como elemento formador da base da estrutura do poder do país, reafirma-se, no Regime Republicano enquanto elemento retroalimentador das formações oligárquicas, alocando-se na então chamada “política de Governadores”.

Embora o período republicano sinalizasse mudanças, pois estava sendo implantado um novo regime, Nagle afirma que:

(...) A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a Federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis, provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, se encaminharam para a “política dos Governadores”. Assim os “homens mais importantes do lugar”, pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram mais fortemente ainda como chefes como chefes das oligarquias regionais e, dessa forma atuaram como as principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e Federal. (NAGLE, 1974. p 4)

Paralelamente a esse quadro político, o Capitalismo e a industrialização começavam a ser implantados no Brasil, onde a sociedade brasileira, que era uma sociedade marcada pelas desigualdades, teve que ser reestruturada. Para isso, plantou-se a idéia liberal de igualdade para todos, pois essa nova ordem econômica necessitava da participação de todos, ao exaltar o espírito de igualdade e participação, em prol do desenvolvimento do país.

O Período Republicano foi cenário de fervorosos debates que nortearam as idéias pedagógicas, que contribuíram para o avanço da educação no país. Segundo Carlos Henrique de Carvalho (2004),

observar-se, pois, que esse período foi um dos mais importantes para a história da educação no Brasil, quando se delinearam e firmaram idéias pedagógicas que acabaram por orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que pode-se destacar: movimento contra o analfabetismo; busca da extensão quantitativa e da melhoria qualitativa da escolaridade; movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto, apesar de ter sido um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária. (CARVALHO, 2004. p.40)

Embora apresentou-se como um período de destaque no quadro educacional brasileiro, não podemos negar que a república também caracterizou-se por profundas desigualdades sociais. Devido a esse fato, a educação assumiu um caráter dualista, transformando-se em uma grande distorção, pois, não conseguiu aplainar as contradições políticas, econômicas e sociais. E na tentativa de reestruturar o modelo educacional, as reformas de ensino, embora consideradas importantes por sinalizarem mudanças expressivas na educação brasileira, reforçam o dualismo, ao legitimar os preceitos políticos que estavam sendo firmados em nome do desenvolvimento do país, fazendo com que as causas educacionais enquanto aspecto social não detivessem suas especificidades nesse campo, mas migrassem para o campo político e econômico, colocando-as a serviço do poder e usando-as para dar sustentabilidade a ordem e progresso tão almejadas pela elite dirigente do país.

Daí a necessidade de construir grupos escolares e promover reformas estaduais e federais. Vale lembrar aqui que o elemento usado para amalgamar esse novo tempo de profundas modificações e que se transforma em um eixo norteador para legitimar os preceitos da classe dirigente do país é a educação, que passa a ser usada como instrumento viabilizador de um processo civilizatório, buscando dessa maneira, formar o cidadão para uma sociedade “democrática” de direito aos moldes do liberalismo.

A partir desse momento, inicia-se um intenso debate acerca da educação no país. Essa inquietação de idéias culminará em reformas educacionais que almejavam uma maior organização e estruturação do sistema educacional brasileiro.

Desta forma, o espírito republicano, que teve seu fortalecimento com o fim do império, gradativamente penetra na sociedade brasileira e a educação passa a ser considerada pela primeira vez neste país como o “motor da história”, o que irá caracterizar paulatinamente o Entusiasmo da Educação e o Otimismo Pedagógico.

Segundo Carvalho (2004), a educação passa a ser apresentada como uma verdadeira panacéia , dessa forma:

o pensamento básico poderia ser explicado assim: todos os males estavam na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos estaria na disseminação da instrução . (CARVALHO, 2004. p 34.)

Neste sentido, inicia-se uma alteração nos instrumentos e conteúdos pedagógicos, pois até então, a questão da educação, enquanto instrução para o povo, sequer era discutida. E essas discussões em torno de uma estruturação educacional irá materializar-se no Otimismo Pedagógico e no Entusiasmo pela educação.

Jorge Nagle, considera que o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico, foram movimentos que alavancaram fervorosos debates acerca da educação em todo o país, culminando na criação da ABE que de acordo com suas observações teria surgido como desdobramento do Entusiasmo pela Educação.

O entusiasmo pela educação e otimismo, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começaram por ser, no decnio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos políticos-sociais e que consistiam em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos.  essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem aquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e “educadores” – principalmente os “educadores profissionais” que apareceram nos anos vinte – transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de informação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira. (NAGLE, 1974. p 101.)

Em 1924 surge a Associação Brasileira de Educação (ABE), formada por um grupo de intelectuais que tinham como objetivo sensibilizar o poder público e os educadores para os profundos problemas educacionais existentes no país. Nesse sentido, a ABE, embora representasse uma luta ideológica que atravessaria o tempo, apresenta-se segundo Marta Maria de Carvalho, como elemento reestruturador dos mecanismos de controle da população urbana, reforçando assim, o “velho” em nome do “novo”.

## **A configuração das cidades de Patos de Minas e Uberabinha.**

Com base em alguns memorialistas conseguimos identificar elementos que configuraram a constituição da cidade de Patos de Minas. A partir da análise de documentos publicados por FONSECA (1974) recolhemos os seguintes dados.

Em 1832, através de edital baixado pela Câmara de Paracatu é criado o distrito. Dessa maneira, a antiga povoação denominada “Os Patos”, passa denominar-se Santo Antônio da Beira do Paranaíba.

O pedido de elevação do distrito à categoria de vila foi formalizado em 25 de dezembro 1856. Entretanto, a espera durou dez anos, pois somente em 30 de outubro 1866 seria promulgada a carta emancipatória através da lei 1291. E somente em 29 de fevereiro de 1868 se deu a efetiva instalação do município do Santo Antônio dos Patos. É importante ressaltar que a instalação da vila consubstanciou grande luta da população.

Segundo FONSECA (1974), no pedido para a elevação de Santo Antônio dos Patos à vila constava:

O Arraial de Santo Antônio dos Patos, banhado por um grande rego de excelente água, mais de cento e noventa casas habitadas, cuja Freguesia tem perto de 4.000 almas, é situada em alta e aprazível planície, entre a Mata da Corda e o Rio Paranaíba, na estrada que se dirige para o Sertão dos Alegres, Santo Antônio do Garimpo, Paredão, Arraial da Catinga, Ouro-Cuia, e para a cidade do Paracatu, cujos lugares são abastecidos pelos víveres e tabaco, que superabunda a agricultura de que trata o crescido número de fazendeiros desta Freguesia, e que além dos precitados atributos, também a importação aproximada é de 120:000\$000 rs... e a exportação de 200:000\$000 rs.. anualmente. (...) Os representantes esperam das mãos benéficas da Digníssima Assembléia a deliberação pretensa, como epíteto eficaz dos males que sofrem, não só acerca do expendido, como até da falta de polícia, que será reparada logo que haja uma casa de custódia, ao passo que prospera a educação pública. Deus vos guarde. Freguesia de Santo Antônio dos Patos, 25 de dezembro de 1856. (FONSECA, 1974, 77 e 78)

Ainda dos documentos publicados por Fonseca temos: em 24 de maio de 1892, o governo eleva a “toque de caixa” à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Dessa maneira, a vila de Santo Antônio de Patos foi uma das elevadas, pois encontrava-se na condição de sede de comarca.

Assim estava concebida a cidade de Patos de Minas que começava a encorpar-se, dando sinais de sua emancipação. Embora, podemos observar que todo o ato de “emancipação” emanava do poder central; logo a autonomia das regiões estava condicionada às elites dirigentes do país que a despeito dos interesses dos habitantes exercia um forte controle social e determinava as diretrizes a serem seguidas. Neste sentido, a direção política da cidade de Patos, encontrava-se nas mãos dos “homens bons” que almejando o progresso da cidade conduzia o povo rumo à urbanização. E sob o jugo daqueles que concentravam em torno de si maior poder econômico e conseqüentemente maior poder político, configurou-se juntamente com o crescimento da cidade, a hierarquia do poder.

Concomitantemente à urbanização, surgem necessidades urgentes de desenvolvimento em todos os setores da sociedade. E o discurso progressista conclamado pelas elites, apelava para a ampliação do transporte, comunicação, saúde e educação objetivando assim, a criação de uma infra-estrutura que desse sustentáculo ao desenvolvimento e ao progresso. Surgem então, em 1825, a escola de primeiras letras. Entretanto, existem aí elementos que, segundo Fonseca, caracterizavam-se como dificultadores do processo educacional:

A vastidão da Província, escassos meios de comunicação, as distâncias que medeavam entre os habitantes constituíam alguns dos fatores, pelos quais o governo dava maior atenção ao ensino nas regiões de formação populacional mais compacta. Outro fator, o maior, era mesmo a falta de mestres, capazes de preencher as exigências do ensino. Ainda, a pouca disposição que os mais capacitados tinham de arredar pé das cidades ou vilas mais importantes: Ouro Preto, Sabará, Barbacena, São João Del Rei e outras. (FONSECA, 1974, p.123)

A oficialização do ensino em Patos de Minas data 1853, ocasião em que é criada a primeira “cadeira de instrução primária” tendo como primeiro professor Francisco de Paula

e Souza Bretas, nomeado em 13 de maio de 1853, permanecendo no cargo até 1957, ano em que, devido a interesses políticos locais pede demissão.

Dessa maneira, paulatinamente, o cenário educacional de Patos de Minas começa a firmar-se enquanto palco de manifestações culturais que anunciavam paradigma de conduta e posturas individuais em nome da harmonia coletiva, tão almejada pelos benfeitores de Patos; incasáveis “guardiões do progresso” que tomam para si a missão de guiar o povo para a edificação da cidade civilizada. Idéia essa, amalgamada pelos princípios da moral e dos bons costumes.

A elite, tomando para si os “louros” do progresso da cidade conduzia o povo rumo à modernidade, através da disciplinização, articulando mecanismos de controle com o intuito de moralizar a mesma; fazendo com que o povo assimilasse suas idéias sentindo-se como parte constitutiva e indispensável do processo de modernização.

Assim, vários elementos são utilizados para disseminar a idéia de progresso, que atinge em cheio a vida cotidiana e o imaginário das pessoas. Isto posto, surge em Patos de Minas da elite para as elites, a imprensa, processo que não poderia ser diferente, uma vez que o povo não tinha instrução para encabeçar a criação de um evento de tamanha magnitude, tarefa atribuída a homens letrados como foi o caso de Fortunato Pinto da Cunha que, segundo FONSECA (1974), cria o primeiro jornal de Patos de Minas, “O Trabalho”, lançando o primeiro número a 15 de agosto de 1905.

Se a cidade de Uberabinha possuía cerca de 11.856 habitantes, no final do século XIX, já 1920, somava uma população de aproximadamente 24.420 moradores<sup>1</sup>, desde 14.073 eram analfabetos, o que resulta em torno de 10.347 habitantes alfabetizados. Verifica-se, que o número de alfabetizados na população de Uberabinha estava próximo do percentual de 42,37%. Esses dados foram publicados pelo jornal A Tribuna,

Uberabinha possuía em 1920 inclusive de Santa Maria 4390 em idade escolar de 07 a 14 anos, 1228 das quaes estudavam, 3505 que não estudavam. O número de analfabetos era de 14.073, 1959 das quaes cabiam ao distrito de Santa Maria. Nesta época a nossa população orçava por 24.420 habitantes dos quais 14.195 do sexo

---

<sup>1</sup> CENSO de 1920. *A Tribuna*. Uberabinha, 22 Set. 1925, Ano VIII, nº 305. p. 1.

O número de habitantes do município de Uberabinha em 1920, obtido na imprensa local é de 24.420. O valor deste número Cf. SENNA In: Brandão Apud SOARES, 1995: p.67 é de 27.956. O valor deste número segundo dados do censo de 1920 do IBGE era de 22.956. Optou-se pela dado veiculado pela imprensa escrita, por estar próximo à média dos três valores apresentados, em torno de 25.110 habitantes e incluso os dados sobre a população alfabetizada.

masculino, 1060 estrangeiros. A nossa produção bovina sem a taxa de deficiência orçava por 54.984, cabendo a Santa Maria uma contribuição econômica de 14.812 cabeças<sup>2</sup>.

Os números obtidos a partir do recenseamento de 1920, no Brasil e no Estado de Minas Gerais, apresentavam, respectivamente, 75,0% e 79,3% de analfabetos. Outra análise possível, diz respeito aos dados sobre o número de analfabetos da população de Uberabinha na faixa etária entre 07 a 14 anos, estando em torno de 3.505, de um total de 4.390 crianças, que alcançava o percentual de 79,84%. Comparada com os percentuais da população de crianças analfabetas entre 07 a 14 anos, do país e do Estado de Minas Gerais, respectivamente, 80,2 % e 84,3%, possibilitou constatar um fato novo: Uberabinha possuía um percentual menor de analfabetos em relação aos números do Estado de Minas Gerais e do país.

Portanto, para sustentar situação educacional, a sociedade uberabinhense sob os princípios de progresso e desenvolvimento, proclamados pela elite local, empreenderam esforços para a cada nova geração oferecer maiores oportunidades de acesso e de permanência no processo de escolarização as futuras gerações. Assim, entre 1919 a 1922, no final do segundo período administrativo do Agente Executivo de Uberabinha, Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, o número de estabelecimentos de instrução subiu de 6 para 8. O desenvolvimento dos estabelecimentos (são as escolas isoladas) municipais de Ensino Primário direcionavam-se, principalmente, para atender grupos em média de 50 crianças na área rural, e caracterizam-se por terem um funcionamento instável, em razão de diversos fatores, como falta de prédios próprios, baixa remuneração dos professores e a frequência inconstante dos alunos que estava, oficialmente, vinculada ao utilização dos alunos no período de colheita agrícola.

Os estabelecimentos institucionais do Estado, bem como de particulares, estavam situados na área urbana de Uberabinha. Entre estes, se destacavam, pelo Estado, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, que funcionava com maior regularidade, do que os estabelecimentos do município, atendiam neste período, mais de oitocentos alunos, e cada ano aumentavam o número de matrículas, indicativo do crescimento populacional do município. O estabelecimento de instrução particular, de propriedade de Sr. Antônio Luiz Silveira, denominado Gymnásio de Uberabinha, oferecia o Ensino

---

<sup>2</sup> UBERABINHA. *A Tribuna*, Uberabinha, 22 Set. 1925, Ano VIII, nº 305, p.1.

Primário e Secundário na cidade, a mais de duzentos alunos, incluindo dez alunos, cujos estudos eram subvencionados pela Câmara Municipal do município.

Após 1922, houve em Uberabinha um surto do crescimento no número de estabelecimentos escolares, marcando de fato os anos vinte. Resultado da convergência de ações, tanto de agentes público, quando privados, os quais estavam para se constituir como especialista na área educacional. Essa preocupação é percebida durante a última gestão, entre 1918 a 1922, do Agente Executivo da Prefeitura de Uberabinha e Presidente da Câmara Municipal, o Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, no governo no período de 1911 a 1922, foi promulgada a Lei nº 230 de 21 de novembro de 1919, que isentou de impostos e liberou material básico para a construção dos novos prédios destinados à instrução em Uberabinha, porém, destinada a iniciativa privada. A Lei 230 de 21/11/1919 foi publicada no A Tribuna, com a seguinte redação:

“LEI Nº 230, DE 21/11/ 1919”.

A Câmara Municipal, por seus Vereadores Directores e eu sancionamos a seguinte lei:

Art.1º. Fica concedida a isenção de impostos municipais, por quinze annos, sobre o prédio que a sociedade ‘Progresso de Uberabinha’ pretende construir nesta cidade, para um estabelecimento de instrução.

Art.2º. A Câmara Municipal fornecerá de sua Pedreira as pedras necessárias para a construção do edifício.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

Paço da Câmara Municipal de Uberabinha, em 21 de Novembro de 1919.

O Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal

J. S. Rodrigues da Cunha <sup>3</sup>.

Por decisão do governo municipal, a **Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha**, receberia o benefício de isenção de impostos e pedras para a construção

---

<sup>3</sup> LEI Nº 230 de 21/11/ 1919, *A Tribuna*, Uberabinha, 21 Dez. 1919, Ano I, nº 15, p.3.

do edifício, e apenas aguardava, a planta do referido prédio escolar, que estava sendo elaborada em São Paulo, conforme **A Tribuna**, registra por meio de artigo, em 14 de setembro de 1919, quatro meses antes da publicação da Lei 230,

Deve chegar, por estes dias a planta do prédio para Collégio, que a Directoria da Sociedade Anonyma 'Progresso de Uberabinha' mandou executar em São Paulo. Sabemos que tão logo essa planta chegue, os serviços serão iniciados. Os directores daquella Sociedade empenham-se em levar a cabo o mais breve possível os trabalhos, pois conhecem bem a extraordinária falta que o prédio vem gazendo sentir em virtude do crescente número de estudantes que de várias localidades alfuem a nossa terra. O terreno está comprado, e só esperam a chegada da planta para iniciarem os trabalhos <sup>4</sup>.

Associam-se as ações do governo municipal, as da iniciativa privada, que também contribuem para o desenvolvimento da instrução em Uberabinha. Entre essas ações encontra-se a de particulares movidos, ao certo, pelo compromisso de minimizar o grave problema da nação, caracterizada pelo elevado número de analfabetos, fator este, considerado um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento e modernização da sociedade, que ainda estava, economicamente, alicerçada no comércio, principalmente, de carnes e cereais.

Ressalta-se que esta "*triste vergonha do analphabetismo*", segundo as palavras do Dr. Afonso Penna Júnior, localizava-se em, aproximadamente, 75% da população brasileira, que forma uma massa de analfabetos, herança de um longo processo de extrativismo de riquezas do país para a Europa e outras partes do mundo, conduzido por estrangeiros. Associado este, ao cultivo da instrução dualista, uma para "*dizer*", reservado a minoria da população, à classe dominante, e outra "*serviente*", para a servidão, para o fazer, conduzido pelos dirigentes do país, inculcada, primeiramente, pedagogia jesuítica e continuada pela católica, tanto no período colonial, quanto no Império.

Em razão de a educação ser considerada, pelos intelectuais republicanos, como uma das alavancas para o progresso da sociedade, recebeu contribuição dos governos municipal e estadual, e num percentual menor da iniciativa privada. Obteve-se, neste

---

<sup>4</sup> PRÉDIO para collegio. *A Tribuna*, Uberabinha, 14/091919, Anno I, nº 3, p.1.

período, quase o dobro do número de estabelecimentos de ensino. O aumento de escolas fora acompanhado também, de uma elevação substancial do número de alunos.

Deste modo, percebe-se que o maior número de estabelecimentos de Instrução pública em Uberabinha ocorre entre 1911 a 1929, as quais passaram a atender as necessidades de escolarização das crianças das áreas localizadas nas zonas rurais, porém, em número de vagas, os estabelecimentos urbanos, na maioria de agentes privados, abarcavam o maior número de alunos. A respeito dessa expansão do ensino e sobre a necessidade de criação de novas cadeiras de docentes para o ensino público,

Pela análise do gasto com a instrução, no município, observa-se que há uma média de 3,5% ao ano, e que o orçamento estimado para a instrução, efetivamente, quase dobrou em uma década. Em 1919 previa-se um percentual gasto em torno de 3,49% da receita com a instrução, porém gastou-se apenas 2,38%. Já nos anos de 1924, 1925 e 1926, os percentuais, efetivamente, gastos foram acima das estimativas, superando, respectivamente, os 3,45%, os 5,00% e os 9,09%, e de fato, foram gastos 3,60%, 8,16% e 10,06%. O aumento de verbas relaciona-se ao empenho do poder municipal de implementar ações para cumprir a Lei nº 278, de 07 de Março de 1923, a qual previa a ampliação do número de escolas no município. Esta inquietação, do poder público local, centra-se na intenção de promover o desenvolvimento da cidade, tendo na instrução um de seus instrumentos mais importantes e eficazes para alavancar o progresso de Uberabinha.

### **Considerações Finais**

Ao analisarmos o período proposto, podemos observar que a elite dirigente do país, ao implantar o Regime Republicano, tomou para si a responsabilidade de alcançar a passos largos, o progresso da nação, usando como elementos de sustentação, os princípios liberais de democracia e cidadania e os preceitos harmônicos do positivismo. Esses elementos, iriam contribuir para disseminação dos ideais de civilidade e da ordem e progresso por todo o país. Para atingir esses objetivos, era necessário que os governantes, reestruturassem a sociedade aos moldes do novo regime. Para tanto, deveriam criar um novo homem que em consonância com o novo tempo, contribuiria de maneira efetiva para a constituição de uma nação. Nesse sentido, o regime republicano fez da educação o instrumento ideal para amalgamar as massas, recrutando o povo, via instrução para a grande marcha em prol de desenvolvimento do país. Todo este processo, deveria propiciar o ajustamento do indivíduo

que inserido em uma sociedade que buscava a ordem e o progresso, não poderia destoar da estampa coesiva que ilustrava a nação, sob pena de transformar-se em um grande mal, que deveria ser estirpado da sociedade, para não comprometer a harmonia vigente. Para que estas concepções educativas penetrassem no imaginário das pessoas e se transformasse em um corpus social, era necessário sua disseminação. Dessa forma, a imprensa e as Câmaras Municipais apresentam-se como principais elementos propagadores dos ideais republicanos. Nesse sentido, o pensamento divulgado pela imprensa patense e uberabinhense, iam de encontro aos setores dominantes nacionais, ao divulgar a necessidade de criação de escolas na região, enfatizando com caráter de urgência, a importância da instrução para o processo de civilidade e chamando para participar da condução do país em direção a modernidade. Portanto, a educação foi considerada um fator de promoção social. Sua função era o enquadramento dos indivíduos à vida social, considerando-os como seres individualizados, desvinculados dos grupos sociais a quem pertenciam.